



Fundação Cuidar o Futuro

PRESENÇA

Fundação Cuidar o Futuro

CAPA DE: MARIA FLAVIA DE MONSARAZ

presença

Janeiro - Fevereiro de 1960

Redacção: Av. Duque de Loulé, 90, r/c. D.
LISBOA

EDITADA PELA J.U.C.F.
FILIADA NA PAX ROMANA

sumário



Fundação Cuidar o Futuro

continuar

Natália Hasse Fernandes

nota litúrgica

M. R.

o que são as equipas de Nossa Senhora

Dr. João Duarte

a restauração da igreja de S. Domingos

Pe. Avelino Rodrigues

pena de morte ?

M. C. R.

teologia e pluralidade dos mundos habitados

Pe. António Ribeiro

a santidade de Maria

a universitária e a vida familiar — entrevista

domingo e tempo livre

Maria Fernanda Abreu Coutinho

dúvidas sobre bíblia

Secção dirigida pelo Cônego Gregório Neves

autores de sempre - Dostoievski

Maria Helena Mira Mateus

introdução à ópera

Maria d'Aguiar Galhardo

ficheiro bibliográfico

Faint, illegible text at the top of the page, possibly a header or title area.

Faint, illegible text in the upper left quadrant, possibly a list or table of contents.

Faint, illegible text in the lower left quadrant, possibly a list or table of contents.



Fundação Cuidar o Futuro

continuar...



Difícil é continuar. Difícil é permanecer na Dor e no Amor e no Esforço e na Esperança. Prossegue o ano lectivo que iniciámos com ânimo. Mas difícil é ter força, é ter alma — ter coragem na acção e ter desprendimento interior. Ter alma é ter fogo e fogo é Deus porque é caridade. E «só há dois amores: o amor de Deus e o amor-próprio. E esses dois são opostos». O desprendimento de nós mesmos é que nos garante a integridade interior que é a morada onde o Senhor vem habitar. «A Caridade não se instala numa alma senão no lugar do egoísmo». Pelas dimensões deste podemos calcular as daquela. Esse desprendimento de tudo, até (e sobretudo) de nós próprios consegue-se por convicção, por dádiva plena em momento de grande silêncio e generosidade, por pequenos esforços quotidianos e pela aquisição de pequenos hábitos de esquecimento próprio em troca de uma afectuosa atenção aos problemas dos outros. Sem desprendimento não há Caridade. E, sem ela, como prosseguir no caminho de Deus?

O desprendimento de nós mesmos, no entanto, não se opõe ao conhecimento daquilo que somos, antes o supõe. A consciência da nossa dignidade de filhos de Deus deve ajudar-nos no esforço da acção e na purificação interior. Na Alegria. Porque o Senhor se nos manifestou. A nós também, que não somos membros do povo escolhido, o povo judaico, mas que pertencemos ao seu povo místico, tornado mais real ainda do que o primeiro, segundo a nova ordem, após a Epifania (que é a Manifestação do Senhor a judeus e gentios). Para S. Paulo nós seríamos gentios, aqueles que ele tanto amou e que foram o principal objecto do seu Apostolado. Mas por ele sabemos que somos todos igualmente amados em Cristo Nosso Senhor.

Filhos de Deus. Desprendamo-nos do nosso pequenino «eu», visto que habita em nós tão grande dignidade. Amemos o Senhor que vive em nós. Com um Amor que é esforço reacendido, como archote ao longo do caminho, quando a Estrela desaparece. E um sorriso a acolher cada instante.

NATÁLIA HASSE FERNANDES



*Cantai a Jahvé um cântico novo
porque Ele operou maravilhas
A sua direita concede-lhe a vitória
e o seu braço infinitamente santo*

*Jahvé fez brilhar a Sua Salvação
Revelou a Sua Justiça aos olhos das nações
Lembrou-se do Seu Amor e da Sua Fide-
[lidade
pela casa de Israel.*

*E todas as extremidades da terra
viram a salvação do nosso Deus
Aclamai Jahvé, terra inteira
Cantai com brados de alegria*

*Louvai Jahvé ao som da harpa
Cantai ao som dos instrumentos;
Na presença do Rei Jahvé
Aclamai-o com trombetas e címbalos*

*O mar treme e tudo o que ele encerra
a terra e aqueles que a habitam
que os rios batam com as mãos
e as montanhas aclamem com alegria*

*Na presença de Jahvé, porque Ele vem
para julgar a terra
Ele julgará o mundo com justiça
e os povos com equidade.*

Deus manifestou-se ao seu povo «fez brilhar a Sua Salvação».

Esta manifestação, primeiro dada ao povo escolhido, estende-se a pouco e pouco a todos os homens — «e todas as extremidades da terra viram a salvação do nosso Deus».

Na pessoa dos Magos estão prefigurados todos os povos gentios, que Cristo quer acolher também no Seu Reino. O Messias de Israel, tão longamente esperado e anunciado, vem e estende a todos a Sua Salvação; a todos manifesta a Sua Divindade e a Sua Realeza. A todos Ele se revela, como o Filho muito amado do Pai, em quem Ele pôs todo o seu enlevo.

Por isso, todos os povos se alegram, todos cantam um cântico novo, porque o Senhor operou a maravilha, que é a Universalidade do Seu Reino, que se estende a judeus e gentios, ao povo escolhido e a todas as nações, e em que todos já não são servos, mas Filhos.

R. A.

Fundação Cuidar o Futuro

litúrgica

O QUE SÃO AS EQUIPAS DE NOSSA SENHORA

pele Senhor Dr. JOÃO DUARTE

Tem sido discutido e por vezes àspe-ramente criticado o chamado «movi-mento de casais» em que se integram as Equipas de Nossa Senhora.

A discussão e a crítica são sintomas de valor ou, pelo menos, de interesse. Julgamos por isso oportunas as notas que vão seguir sobre os seus fins e sobre os seus métodos.

Sejam quais forem, a modalidade ou a orientação abraçadas pelos grupos de casais, eles têm, enquanto movimento religioso, o mesmo denominador comum — a santificação da família. Todavia diferem nos métodos de trabalho e na mística adoptada.

Não obstante a disciplina e as obrigações voluntariamente aceites pelos seus membros, as Equipas de Nossa Senhora destacam-se pelo número de casais abrangidos e pela séria organização que lhes garante, entre nós, continuidade e coesão.

Também são dignas de atenção as equipas de casais proprietários rurais, com ramificações no Ribatejo e no Alentejo, mas fora do objectivo do presente trabalho.

Movimento dentro da Igreja e com a

Igreja as Equipas colocaram-se sob a protecção de N.ª S.ª.

Mas para que vivam e se desenvolvam, é-lhes indispensável assistência e conselho de sacerdotes.

Humildemente sujeitas às determinações, ordens e disciplina da Hierarquia, contam com o apoio, o carinho e o auxílio da Hierarquia.

As equipas, meio de formação espiritual dos casais, não se dedicam a formas concretas de apostolado, a não ser: retiros, recolções, formação de noivos e imprensa familiar.

Acceptam porém os trabalhos apostólicos que lhes forem confiados pelos Prelados das suas dioceses e incitam os seus membros a colaborar no apostolado da paróquia ou no da Acção Católica, segundo a vocação de cada um.

Vejamos pois o que são Equipas de N.ª S.ª e qual a sua razão de ser.

Lê-se no preâmbulo da «Carta» por que se regem:

«Vivemos numa época de contrastes; — por um lado o divórcio, o adultério, a união livre e o mal-

«tusiasmo triunfam. Por outro lado, multiplicam-se os casais que aspiram a uma vida integralmente cristã. Alguns destes casais fundaram as Equipes de Nossa Senhora.

« Querem levar até ao fim os compromissos do seu baptismo; querem viver com Cristo por Cristo e para Cristo; servi-Lo sem discutir. Reconhecem-NO como chefe e senhor do seu lar.

« Querem que o seu amor, santificado pelo sacramento do matrimónio seja um louvor a Deus e um testemunho aos homens; uma reparação pelos pecados contra o matrimónio.

« Querem ser, por toda a parte, missionários de Cristo e, devotados à Igreja, sempre prontos a responder aos apelos do Seu Bispo e dos seus Padres.

« Querem ser competentes na sua profissão e em todas as actividades, colaborar com Deus.

« Mas porque reconhecem a sua fraqueza e conhecem os limites das suas forças, não obstante a sua boa vontade; porque sentem como é difícil viver cristãmente num mundo pagão;

«e, porque têm uma fé indefectível no poder da ajuda fraternal...

«decidiram formar equipe.»

É portanto na ajuda fraternal que assenta a estrutura da equipe, mas dentro duma realidade sobrenatural sem o que se tornava impraticável.

— a presença de Jesus!

... «Em verdade vos digo que, se dois de entre vós, sobre a terra, se unirem para pedir alguma coisa a meu Pai, Ele vos atenderá! Por que onde dois ou três estão reunidos em meu nome, Eu estarei no meio deles...

(Mt. XVIII, 19-20)

É, afinal, a prática duma virtude cristã, dum conselho evangélico que os grupos de casais pretendem seguir.

Para quem crê em Deus e nas suas promessas, não causa surpresa tantos resultados já alcançados, cujo relato não constitui objecto deste despretensioso trabalho.

•
•

Como funcionam as equipas e que mística seguem? Funcionam e agem como assembleias da Igreja, aceitam e seguem uma mística própria.

Em primeiro lugar a oração em comum.

Depois vivendo e praticando a amizade fraterna em todos os seus aspectos:

«dar e receber (mais difícil do que dar) pedir e saber recusar»

E assim procuram os casais testemunhar aos homens a caridade ou o amor de Deus como referem os Actos dos Apóstolos (IV - 32) «... eram um só coração e uma só alma»... «Vêde como eles se amam».



Como não podia deixar de ser, esta mística é assegurada por uma disciplina exigente, uma regra que lhe garante a continuidade.

A experiência de muitos anos consubstanciou-se na «Carta» de que nos vimos socorrendo.

Eis a traços largos, o funcionamento destas equipas.

Cada grupo compõe-se de 4 a 8 casais, sendo um deles o casal responsável, e reúne-se, pelo menos, uma vez por mês.

Normalmente a reunião inicia-se pela refeição em comum, porque assim se estreitam mais os laços de amizade e pode aproveitar-se este momento para pôr em comum as intenções de cada casal.

Elas serão adoptadas por todos os casais na oração que vai seguir-se, a oração em comum, onde também são evocadas as intenções da Igreja como por ex: cristãos perseguidos, determinado apostolado, vocações sacerdotais, etc.

Depois a discussão do tema previamente preparado por cada casal. Marido e mulher devem estudar em conjunto o tema do mês e mandar uns dias antes da reunião, ao casal responsável, o seu trabalho escrito.

Os assuntos dos temas são indicados pela equipe dirigente e os três primeiros anos são consagrados aos seguintes assuntos: 1.º ano — casamento cristão; 2.º ano — dom da vida; 3.º — vias de união a Deus.

Parte importantíssima da reunião é constituída pela «partilha» (exame).

Transcrevemos:

«Cada casal diz com toda a franqueza e simplicidade se durante «o mês decorrido observou ou não «as obrigações que lhe competiam» «— Há, bem entendido, um domínio íntimo e pessoal que seria erro «desvendar, sob o pretexto da amizade. Nas equipas reage-se contra «esse impudor, hoje muito frequente, de casais que não hesitam em «descobrir a toda a gente os problemas mais íntimos da sua vida «conjugal. Mas, feita esta reserva, «como surge bem dentro da linha «da verdadeira caridade evangélica, «a prática desta partilha é o apelo, «com toda a simplicidade, à ajuda «fraternal! Quantos lares serão salvos da mediocridade e do desastre, «no dia em que deixarem de lutar «sòzinhos!...»

A reunião termina com a oração das equipas e com a bênção do sacerdote que assistiu.

Estas as linhas gerais do movimento. Evidentemente, muito mais havia que dizer a respeito; porém o espaço designado não comporta maior desenvolvimento.

Estarão os leitores interessados em mais detalhes? Dêem-nos o seu parecer.

a restauração da Igreja de S. Domingos

pelo P.^o AVELINO RODRIGUES

O incêndio da igreja de S. Domingos, em Lisboa, vem levantar entre nós alguns problemas que urge encarar de frente.

Em primeiro lugar, põe-se a questão prévia da própria conveniência da restauração. É que á luz dum certo pragmatismo particularista, não falta quem aconselhe a demolição dos preciosos restos da igreja, a fim de ligar-se o Rossio com o Martim Moniz. E não há dúvida que esta solução viria facilitar o tráfego da Baixa e por isso seria de aconselhar, se não estivessem outros valores em jogo. Mas, tendo em conta os valores artisticos e históricos, a demolição dos restos de S. Domingos seria um vandalismo indigno de uma nação civilizada.

Posta esta questão prévia, entra agora em jogo o problema da restauração em si mesma: como é possível restaurar a igreja antiga? Será possível refazer a abóbada com os ornamentos requintados do séc. XVIII?

Eis algumas interrogações que o público se terá feito algumas vezes. É que S. Domingos constitui para nós um problema novo: a nossa experiência de restauro não tem sido posta à prova em casos deste género, como aconteceu noutras nações após a última guerra.

Respondendo desde já a estas perguntas, há que dizer francamente que não temos hoje possibilidades de reconstruir a igreja antiga. Nem isso interessa. O que interessa é a recomposição da igreja num estado tal, que, conservando os restos do passado, permita o desenrolar perfeito do serviço religioso. Por isso as obras que vierem a fazer-se deverão ter em conta mais a função actual da igreja do que o estado anterior da mesma.

Num monumento vivo, como é uma igreja, é irrazoável fazer consistir a restauração no decalque mais ou menos infeliz de estilos antigos, em vez de se pensar em tornar a igreja capaz de satisfazer as exigências da função actual. Ora a função actual da igreja, sendo essencialmente a

mesma do séc. XVIII (como de todos os tempos) tem hoje uma diferenciação accidental correspondente ao evoluir homogêneo da sensibilidade e dos interesses humano-cristãos nos homens dos nossos dias.

Esta diferenciação concretiza-se plásticamente, não apenas na estruturação funcional do espaço interno, mas também no partido artistico adoptado, em que a arquitectura, a decoração, o mobiliário e as demais artes menores, devem mostrar que a comunidade cristã do séc. XX se exprimiu livremente com os seus processos modernos, com o seu gosto e sensibilidade próprios. Praticamente a obra, uma vez restaurada, deve reflectir os mesmos valores positivos que a arquitectura religiosa moderna tem feito brilhar na construção de igrejas novas: o primado do funcional-litúrgico, o gosto de simplicidade da parede — tudo isto num ambiente de «escala-humana», em que está incluída a sacralização dos valores artisticos actuais.

E tudo isto se deve fazer sem menosprezo dos restos artisticos do passado. No caso concreto de S. Domingos, muito se pode aproveitar do retábulo de Ludovici (da capela-mor), bem como das colunas e das estruturas das paredes. Estes restos devem ser integrados harmoniosamente na obra nova, de maneira que o antigo e o novo dialoguem irmãmente, numa mesma *unidade arquitectónica*.

A partir de Violet-le-Duc (+ 1879), tem-se pensado que esta unidade só é possível num edificio construído num estilo único. Por isso, quando faltava uma parte da obra, construía-se uma parte nova, arremedando o estilo primitivo. A maior parte das vezes (sobretudo em obras ricas em decoração), estas contrafacções estilísticas vieram estragar a harmonia do monumento.

Não admira. É impossível manter a escala e a harmonia quando se trabalha num estilo que já se não sente, pois cada estilo tem uma escala e uma harmonia que lhe são próprios. E quando se não é um homem medieval ou renascentista de setecentos, não se pode ter um estilo gótico, nem

clássico, nem barroco: «o estilo é o homem».

Isto explica como o mimetismo estilístico, «à la Viollet», além de implicar um menosprezo da arte contemporânea, vem abastardar o valor artístico da obra (para não falar já no valor histórico) Salvo evidentemente o caso daquelas obras, desprovidas de ornamentações características, com paredes de pedra talhada ou outro material que se pode substituir facilmente, sempre que as proporções antigas sejam conhecidas com exactidão. Uma experiência já longa e dolorosa prova que só nestas condições é possível reconstituir a fisionomia primitiva da obra, duma maneira que resista à crítica histórica e estética. Mas numa arquitectura assim sóbria e com grande nitidez de volumes (como é em geral a clássica e a renascentista) tem sido possível fazer reconstituições perfeitas, mais por um cálculo quase matemático do que propriamente por cópia de formas estilísticas já mortas.

Não é este, porém, o caso de S. Domingos. Aquela arquitectura barroca, pela sua riqueza decorativa e requinte de pormenores apresentava uma fisionomia impossível de repetir-se fora do ambiente histórico que a gerou. Por isso temos dado a entender que a restauração de S. Domingos deverá ser antes uma obra nova do que propriamente uma reconstituição do antigo: a fusão do antigo com o novo, numa só unidade arquitectónica, fará uma nova obra de arte.

Quase todos os monumentos antigos foram recebendo, antes do século XIX, restauros e acrescentos nos estilos das diversas épocas. E estas intervenções, a maior parte das vezes felizes, vêm provar, à saciedade, que é possível garantir a unidade arquitectónica, sem desdizer da arte actual. Era de facto errado pensar que a unidade arquitectónica consistia na unicidade material de estilos. Ela consiste fundamentalmente numa unidade de ritmos arquitectónicos: unidade de espaço, de volumes, de proporções — entre a parte antiga e a nova.

E para que não se pense que só os antigos souberam realizar este trabalho delicado, é oportuno lembrar que a arquitectura moderna deu já as melhores provas na restauração de igrejas danificadas pela guerra, na Itália, França e sobretudo na Alemanha, onde Rudolph Schwarz, Gottfried Bohm e outros arquitectos têm realizado obras de restauro em nada inferiores às anteriores do séc. XIX.

Estes exemplos bastam para acreditar as possi-

bilidades da arquitectura moderna neste capítulo da restauração. Eles confirmaram o que Roberto Pane dissera em 1949, nas conclusões do Congresso da Unesco: «Há que reconhecer que as tendências da arquitectura moderna facilitam a solução deste problema. A perfeita simplicidade de massas, a procura cuidadosa das harmonizações de ritmos e da distribuição da luz, a possibilidade de se empregarem materiais novos e sobretudo a grande ajuda que há dezenas de anos nos vem fornecendo o cimento armado, nos casos mais complexos de restauração...»

Não se pense todavia que se trata de uma tarefa fácil. Ela é árdua pois exige do arquitecto, além de formação histórica e de juízo estético (para julgar o que deve morrer e o que deve ser conservado) uma grande probidade profissional: antes de se convencer que sabe restaurar bem uma igreja antiga, o arquitecto deve perguntar-se, antes de mais, se sabe construir uma igreja nova.

E só poderão responder afirmativamente aqueles que, além terem competência profissional, sentirem vivamente as exigências funcionais e artísticas da arquitectura religiosa moderna.

Falámos atrás de experiências estrangeiras. Se quisermos aproveitá-las, elas podem dar-nos uma orientação segura quanto aos erros a evitar e quanto às soluções rectas a seguir. Resta saber se teremos humildade para colher os frutos da experiência dos outros.

Aproveitemos, ao menos, as lições da nossa tradição antiga interrompida no século passado. A própria história de S. Domingos fornece-nos uma lição preciosa. Da mesma maneira que a primeira construção gótica foi substituída no séc. XVI por um edifício ao estilo da época, e da mesma maneira que esta obra clássica foi valorizada com o formoso retábulo de Ludovici no estilo da época, e foi restaurada mais tarde, após o terramoto, novamente no estilo da época — da mesma maneira é de esperar agora que a nova restauração de S. Domingos seja feita de acordo com as novas exigências do culto e de acordo com o gosto e a sensibilidade (digo: gosto e sensibilidade artísticos) da época actual. Vai nisso uma exigência de bom senso, de lealdade para com a história do monumento e de confiança nas nossas próprias possibilidades.



AVELINO RODRIGUES

PENA DE MORTE ?

Abolida na Alemanha Ocidental, Áustria, Dinamarca, Itália, Holanda, Noruega, Portugal, São Marinho, Suécia e Suíça, inaplicada na Bélgica e na Finlândia e de aplicação limitadíssima em Espanha e na Inglaterra — isto para só nos referirmos a países europeus — a pena de morte é um daqueles institutos sobre o qual a discussão pode, no entanto, considerar-se sempre em aberto. Por grande que pareça a concordância que acerca dela se atinge, num determinado momento histórico e em certo tipo de sociedade, a hipótese de qualquer modificação legislativa de ordem genérica, no campo penal, traz invariavelmente consigo a agitação do problema: será legítimo matar para punir? E se for legítimo, dever-se-á ainda considerar isso necessário?

Não cremos que a resposta a qualquer uma das perguntas agora formuladas possa ser fornecida, com sérias probabilidades de acerto, perante toda a sociedade humana, em qualquer instante da História. A problemática levantada pela pena de morte, como aliás a problemática da pena em geral, só estará devidamente equacionada em função de um determinado tipo de socie-

dade humana — ou, se quisermos dar uma feição actual ao nosso tema, em função de um determinado tipo de Estado. É por isto que a condenação da pena de morte perante o Estado moderno não poderá automaticamente significar, sem mais, a sua condenação em face da sociedade medieval teocêntrica, para quem o criminoso era simultaneamente, e sempre, o pobre pecador a quem o furtar da vida proporcionava uma ocasião única de arrependimento.

Não negamos, claro, a existência de uma ordenação legal, supra-positiva à qual se vá buscar, em última análise, a solução para o problema da legitimidade da pena de morte. Aquilo de que temos dúvidas é da fecundidade de recorrer a essa ordenação meta-positiva sem se ter em conta as características do meio social onde a pena de morte poderá ser aplicada: na verdade, nada nos garante, por um lado, que o problema da legitimidade da pena de morte seja encarado por essa ordenação legal supra-positiva como que desligado da sociedade: onde a pena adquire determinada coloração, orientando-se para fins específicos; e, por outro lado, ainda que fosse de aceitar essa independência da legitimidade da pena de morte, perante todo o condicionalismo histórico, seria pelo menos muito optimista pretender-se desvendar a solução correcta acerca de tal legitimidade sem previamente se indagar que carácter assume, a pena quando se lhe assinalam este, aquele e aqueloutro fim.

Ora, postas as coisas neste pé, justificar-se-á e, em caso afirmativo, poder-se-á considerar necessária a pena de morte, enquanto aplicada no seio de um Estado civilizado deste século XX que atravessamos?

Seria demasiado ambicioso procurar dar conta, nestas escassas linhas, do que pode dizer-se num e noutro sentido, mesmo resumidamente. Vamos uni-



camente colocar o problema da legitimidade da pena de morte perante as diversas finalidades que nos nossos dias, poderão ser atribuídas às penas em geral.

Numa primeira orientação, a pena será a retribuição da culpa. Ela seguir-se-á ao mal do crime como o prémio se segue ao mérito: a pena é, por essência, uma manifestação da Justiça. A doutrina retributiva desliga-a de qualquer consideração utilitária.

Será a pena de morte justificada, enquanto prosseguir este fim?

Não nos parece que assim seja. E a razão deste nosso entendimento reside na dúvida que temos sobre a idoneidade mesma da morte para constituir uma modalidade de pena retributiva. A pena retributiva, com efeito, supõe a compensação do mal com o mal. Ora, será a morte um mal? Afirmá-lo, é tão ilegítimo como considerar o nascimento um bem...

Nascimento e morte são, afinal, mistérios que escapam às nossas categorias do bem e do mal. E quando se tenta fazer consistir exactamente na morte o mal da pena (recorde-se a moderna tendência para suprimir ou atenuar o sofrimento do condenado, mesmo na escolha da forma de execução) parece lícito afirmar-se que há algo de errado em tal modalidade de pena retributiva.

Noutra direcção, tem-se pretendido assinalar às penas, como finalidade derradeira, a defesa da sociedade: por um lado, intimidação genérica de eventuais criminosos; por outro, actuação sobre o próprio delinquente, intimidando-o, corrigindo-o ou eliminando-o do seio da sociedade.

Como é evidente, só tem razão de ser perguntar-se se a pena de morte se ligatima enquanto meio de intimidação genérica (prevenção geral) ou de eliminação do criminoso (prevenção especial).

Só poderia admitir-se a pena de mor-

te orientada para fins preventivos desde que pudesse considerar-se líquido que ela não significa um sacrifício do homem perante o Estado, para além dos limites em que tal sacrifício pode suportar-se. Matar o criminoso para defender a sociedade é, parece-nos, degradá-lo da sua posição de sujeito, à posição de objecto de direitos; é, numa palavra, não lhe reconhecer o carácter de pessoa humana.

Mas ainda que este raciocínio não fosse válido, restaria provar a eficácia específica da pena de morte como meio preventivo. Enquanto forma de prevenção geral, dela duvidam numerosos criminologistas que põem em relevo a relativa insensibilidade dos mais perigosos criminosos perante a morte, de tal modo que são nesse meio frequentes os casos de suicídio. E as estatísticas mais recentes parecem vir em apoio desta opinião, exprimindo a irrelevância da pena de morte no aumento ou diminuição dos casos mais graves de criminalidade. (Veja-se, a este respeito, o relatório para a Reforma do Código Penal alemão: DREHNER, Für und wider die Todesstrafe, em Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft, 1958, págs. 543 segs.).

Quanto à eliminação do criminoso, admitindo embora, evidentemente, a eficácia da pena de morte a esse respeito, ocorre naturalmente a pergunta: mas será necessário matar para atingir essa finalidade? Ainda que fosse legítima — o que nos não parece — enquanto dirigida à prevenção especial, não poderia a pena de morte considerar-se o único meio de conseguir a eliminação do delinquente.

Seria apenas o meio menos consentâneo com a eminente dignidade da pessoa humana — dignidade que, no criminoso, igualmente resplandece.

M. C. R.



teologia e plurali

— pelo P.^o ANTÔNIO RIBEIRO

ACTUALIDADE DA QUESTÃO

Os problemas universais estão na ordem do dia. Talvez nunca como hoje o homem sentiu necessidade de sair de si e conceber a vida nas dimensões da universalidade do espírito.

É uma reacção salutar contra certo individualismo acentuado, característico dos séculos passados. Viver também para os outros, interessar-se pelos problemas da comunidade de trabalho, do meio familiar, nacional e internacional, constitui agora cunho indispensável de humanidade autêntica, como sempre foi doutrina e prática de veracidade cristã.

O progresso da ciência, que todos os dias formula novas leis de solidariedade e interdependência dos seres criados, aperfeiçoa as antigas e descobre mundos diferentes daquele onde habitamos, tem a sua quota parte neste esforço de «extravazamento» individual.

Na aurora de projectadas viagens espaciais interplanetárias, é razoável que curiosamente nos interroguemos sobre a possibilidade da existência de vida, em particular de vida humana ou racional, nesses outros mundos que pretendemos conhecer de perto. Para o cristão, que aceita os dados fundamentais da Revelação, a par desta curiosidade natural, surge outra, a que chamariamos teológica, frequentemente formulada do seguinte modo: Se algum dia for cientificamente demonstrada a existência de seres humanos nativos de outros planetas, não resultará daí incompatibilidade para a fé? Como justificar a afirmação bíblica da unidade monogénica de todos os homens descendentes do mesmo par, Adão e Eva? Como explicar a universalidade do pecado original e da Redenção operada por Cristo, cujo fundamento é a comunidade de natureza

Fundação Fundar o Futuro

1950
LIVRO 48



idade dos mundos habitados

adamítica? Também esses seres humanos pecaram em Adão e foram redimidos em Cristo? Que dizer da persuasão da Igreja, quando, em base evangélica, se afirma meio necessário de salvação para todos os homens?

IMPORTÂNCIA DA QUESTÃO

Estas e outras interrogações surgiram espontâneas ao espírito contemporâneo e alguns teólogos hodiernos têm-lhes dado resposta sem, contudo, as considerarem **problema teológico** ou lhes reservarem lugar nos Tratados de Teologia. São, apenas, legítimas **curiosidades teológicas** que aparecem, mais ou menos desenvolvidas, em revistas e publicações menores. Supérfluo seria procurar alguma coisa sobre o assunto nos teólogos clássicos do período áureo da Teologia. S. Tomás de Aquino, Escoto, Suarez, Bañez, Lugo, etc., interessaram-se na solução de problemas de fé relativos à humanidade de facto existente na terra e não lhes sobrou tempo para escogitar hipóteses alheias às preocupações da época em que viveram.

O Magistério da Igreja jamais se pronunciou sobre este ponto; nem mesmo Pio XII, no célebre discurso dirigido ao VII Congresso da Federação Astronáutica Internacional (Oservatório Torcavo, 22 de Set. de 1953).

Enquanto não for experimentalmente demonstrada a existência de seres humanos noutros planetas, as considerações do teólogo não ultrapassam o âmbito hipotético que a incerteza do facto científico lhe confere. Dir-se-á que, por diversas outras vezes, ele dedicou atenção a problemas mais abstractos e irreais do que este. Pensamos, por exemplo, nas enfadonhas controvérsias sobre a possibilidade do estado de natureza pura, em que o homem seria concebido na sua integridade pessoal sem, contudo, ser elevado à ordem sobrenatural e chamado à participação da vida íntima de Deus. Nas Fontes da Revelação, o homem surge-nos colocado, desde o princípio, num plano que transcende a sua natureza. Contudo, é de grande importância a conclusão teológica da possibilidade desse outro estado irreal, onde o homem seria deixado entregue a si mesmo e às suas virtualidades naturais. Admitida e demonstrada tal possibilidade, ressalta melhor a índole absolutamente gratuita da ordem sobrenatural, a liberalidade divina do Deus-Amor e a dignidade do homem histórico criado por Ele. Não há, pois, paralelismo de valor entre um e outro problema.

O PROBLEMA CIENTÍFICO DA REVELAÇÃO

Não compete ao teólogo resolver o problema científico nem lhe seria pos-

teologia e pluralidade dos mundos habitados

— pelo P.^o ANTÓNIO RIBEIRO

ACTUALIDADE DA QUESTÃO

Os problemas universais estão na ordem do dia. Talvez nunca como hoje o homem sentiu necessidade de sair de si e conceber a vida nas dimensões da universalidade do espírito.

É uma reacção salutar contra certo individualismo acentuado, característico dos séculos passados. Viver também para os outros, interessar-se pelos problemas da comunidade de trabalho, do meio familiar, nacional e internacional, constitui agora cunho indispensável de humanidade autêntica, como sempre foi doutrina e prática de veracidade cristã.

O progresso da ciência, que todos os dias formula novas leis de solidariedade e interdependência dos seres criados, aperfeiçoa as antigas e descobre mundos diferentes daquele onde habitamos, tem a sua quota parte neste esforço de «extravazamento» individual.

Na aurora de projectadas viagens espaciais interplanetárias, é razoável que curiosamente nos interroguemos sobre a possibilidade da existência de vida, em particular de vida humana ou racional, nesses outros mundos que pretendemos conhecer de perto. Para o cristão, que aceita os dados fundamentais da Revelação, a par desta curiosidade natural, surge outra, a que chamaríamos teológica, frequentemente formulada do seguinte modo: Se algum dia for cientificamente demonstrada a existência de seres humanos nativos de outros planetas, não resultará daí incompatibilidade para a fé? Como justificar a afirmação bíblica da unidade monogénica de todos os homens descendentes do mesmo par, Adão e Eva? Como explicar a universalidade do pecado original e da Redenção operada por Cristo, cujo fundamento é a comunidade de natureza

adamítica? Também esses seres humanos pecaram em Adão e foram redimidos em Cristo? Que dizer da persuasão da Igreja, quando, em base evangélica, se afirma meio necessário de salvação para todos os homens?

IMPORTANCIA DA QUESTÃO

Estas e outras interrogações surgiram espontâneas ao espírito contemporâneo e alguns teólogos hodiernos têm-lhes dado resposta sem, contudo, as considerarem **problema teológico** ou lhes reservarem lugar nos Tratados de Teologia. São, apenas, legítimas **curiosidades teológicas** que aparecem, mais ou menos desenvolvidas, em revistas e publicações menores. Supérfluo seria procurar alguma coisa sobre o assunto nos teólogos clássicos do período áureo da Teologia. S. Tomás de Aquino, Escoto, Suarez, Bañez, Lugo, etc., interessaram-se na solução de problemas de fé relativos à humanidade de facto existente na terra e não lhes sobrou tempo para escogitar hipóteses alheias às preocupações da época em que viveram.

O Magistério da Igreja jamais se pronunciou sobre este ponto; nem mesmo Pio XII, no célebre discurso dirigido ao VII Congresso da Federação Astronáutica Internacional (*Osservatore Romano*, 22 de Set. de 1956).

Enquanto não for experimentalmente demonstrada a existência de seres humanos noutros planetas, as considerações do teólogo não ultrapassam o âmbito hipotético que a incerteza do facto científico lhe confere. Dir-se-á que, por diversas outras vezes, ele dedicou atenção a problemas mais abstractos e irreais do que este. Pensamos, por exemplo, nas enfadonhas controvérsias sobre a possibilidade do estado de natureza pura, em que o homem seria concebido na sua integridade pessoal sem, contudo, ser elevado à ordem sobrenatural e chamado à participação da vida íntima de Deus. Nas Fontes da Revelação, o homem surge-nos colocado, desde o princípio, num plano que transcende a sua natureza. Contudo, é de grande importância a conclusão teológica da possibilidade desse outro estado irreal, onde o homem seria deixado entregue a si mesmo e às suas virtualidades naturais. Admitida e demonstrada tal possibilidade, ressalta melhor a índole absolutamente gratuita da ordem sobrenatural, a liberalidade divina do Deus-Amor e a dignidade do homem histórico criado por Ele. Não há, pois, paralelismo de valor entre um e outro problema.

O PROBLEMA CIENTIFICO DA REVELAÇÃO

Não compete ao teólogo resolver o problema científico nem lhe seria pos-



Fundação Cuidar o Futuro

Centro de

sível equacioná-lo teològicamente. As Fontes da Revelação referem-se à história da salvação operada neste mundo onde vivemos; o seu conteúdo dirige-se aos homens que habitam a terra e descendem de Adão. Foi por causa de nós homens e pela nossa salvação que Cristo desceu do céu (Símbolo Niceno-Constantinopolitano) e a Luz veio a este mundo para iluminar os que a ele vêm (Jo. 1, 9). A Escritura fala do nosso mundo como se ele fora o único habitado. Para vivermos e nos salvarmos, não é necessário conhecer a existência de outros mundos povoados. Deus manifestou-se a nós e para nós. Devemos ter sempre presente o carácter salvífico da Revelação que não se destina a satisfazer curiosidades intelectuais estranhas a este desígnio divino. Por conseguinte, não é possível resolver o problema científico *ex alto*, procurando na doutrina revelada uma solução que, com certeza, aí se não encontra, pois transcende a sua finalidade.

O PROBLEMA TEOLÓGICO

Quando a observação científica constatar a existência ou não existência de seres humanos noutros planetas, então competirá ao teólogo, na hipótese afirmativa, estabelecer a não repugnância desse facto com as verdades da fé revelada ao homem terrestre e afirmar, se possível, as conveniências inerentes que lhe descobre.

É o que vamos fazer, numa antecipação prematura, começando por este segundo aspecto das razões de conveniência entre o dado revelado e a pressuposta afirmação de seres idênticos ou análogos ao homem, habitantes de outros mundos do universo material.

A experiência e a fé dizem-nos que Deus, ao criar o mundo, comunicou-se numa progressão gradativa. Não fez todos os seres iguais, nem se deu a todos de igual maneira. A uns concedeu apenas a entidade inerte e estática; a outros conferiu movimento e vida, segundo a conhecida escala ascendente: vida vegetativa, sensitiva e racional ou espiritual.

Ninguém poderá, contudo, afirmar que a onnipotência e infinita virtualidade entitativa de Deus se esgotou no actual esquema finito da criação conhecida. Deus, contemplando-se eternamente, concebe todos os possíveis em número incalculável e à sua divina inteligência está presente um conjunto ilimitado de mundos realizáveis. O seu conhecimento não tem fronteiras, senão as próprias fronteiras do ser e da possibilidade. Tudo o que existe, tudo o que existirá e não existe ainda, tudo o que poderia vir a existir e nunca existirá, tudo isto Deus

(Continua na página 30)

a universitária e a vida familiar

«Da teoria à vida», podia também ser o título das entrevistas deste número. Quisemos, na verdade, mostrar aos leitores de «Presença», através destas pequenas conversas com universitárias casadas, como as coisas, as ideias, que tantas vezes consideramos abstrações, teorias, são afinal, na vida de tantos casais, realidades cheias de força, vida autêntica com que a teoria toma corpo e se valoriza.

A mulher, esposa e mãe, a importância do bom clima familiar, a vivência da Liturgia na família, a irradiação apostólica da família, as possibilidades de pôr ao serviço da comunidade familiar uma formação cultural superior, são aspectos focados aqui.

Que o que segue, possa interessar e ajudar os que o lerem.

— *Gostava que me disseses, apesar de teres casado só há dois meses, alguma coisa das ideias que tens acerca do que pode ser na família, a vivência litúrgica.*

— *De facto a minha experiência é ainda extremamente limitada, mas como nem só o tempo conta, dir-te-ei tudo aquilo que sinto ser o dever a realizar em qualquer lar cristão.*

Em primeiro lugar creio que a vivência do ano litúrgico, tanto no seu espírito como na expressão concreta com que aparece no lar, tem de ser sempre, com o perigo de ser falsa e forçada, um fruto da espiritualidade conjugal e familiar. Acentuo isto porque é aqui que residem as maiores dificuldades.

É fácil contentarmo-nos com aquelas sensações muito superficiais: tivemos um Natal muito alegre, muito bonito, muitas prendas, muitos cartões de boas-festas a todos os amigos; um domingo muito bem passado; flores em casa, a família toda junta à missa, e o passeio à tarde com os miúdos; por estarmos na Quaresma lá em casa não se comeram bolos com creme e todos jejuaram em 6.ª feira Santa, etc., etc.. Muito bem, mas no fim do ano, a vida espiritual dos filhos teria amadurecido? O casal teria crescido em amor sob o olhar de Deus? E percebes que é este o ponto em que temos de insistir.

— *Mas parece-me que essas coisas são manifestações que têm o seu valor.*

— *Certamente, mas isto não quer dizer que se desprezem todos os aspectos exteriores que são um convite, que fazem o ambiente que purifica e simplifica a alma chamando-a ao amor, missão especial da vida familiar. Mas sei que é mais fácil nos domingos, preparar toda uma ornamentação festiva em casa, refeição, vestuário, amabilidade familiar, do que fazer uma verdadeira meditação dos trechos da missa em comum, um diálogo profundo marido-esposa corrigindo, renovando, traçando novos rumos, um pôr presente na família o horizonte universal da Igreja, suas alegrias e dificuldades. E é muito mais difícil também a atenção e o esforço de preparação das grandes festas que há-de fazer que um Domingo de Ressurreição, de Pentecostes, ou a Imaculada Conceição não sejam*



alegres, apenas, por serem feriados e estar toda a família junta e termos pensado ao ouvir os cânticos na missa, que nos temos de aproximar mais de Deus.

— De facto o importante é voltar a pessoa para o que é aqui essencial, para o espírito que enche e valoriza cada coisa.

— Exactamente, por isso, repito, a vida litúrgica no lar não é o que se faz em dias assinalados como festivos pela Igreja, mas é a própria vida da Igreja assimilada e adaptada à espiritualidade do casal e de família. Ela é pois uma corrente espiritual do dia a dia (e tanto se pode aprofundar e exprimir com a preparação da missa diária!) que procura manifestações particulares em cada um dos lares, nos dias em que a nossa grande família, a Igreja, se mortifica, chora, se alegra e canta.

— Na verdade, o mais importante e que parece bem possível de realizar, é essa «sintonização» de toda a vida familiar, com a própria vida da Igreja.

— É essa a base, creio eu. E quando a minha experiência for maior, já poderei dar mais sugestões.

— Havia ainda outro ponto, sobre o qual gostava que falasses. É sobre as possibilidades da irradiação apostólica da família, sobretudo, hoje, em que tanto se verifica uma progressiva desagregação do lar, e de outros perigos que o ameaçam.

— Não há dúvida que uma grande e urgente tarefa apostólica se abre a todas as famílias cristãs. É verdade que muito se tem feito em todos os tempos pelo testemunho cristão de tantos lares. Contudo, presentemente surge a necessidade da vida dos casais e da família ser directamente orientada para um apostolado particular.

— Pensas então que a família terá de ter uma forma de irradiação apostólica própria, isto é, como conjunto?

— Sim, porque, sem deixar considerar do máximo valor o apostolado que exerce em qualquer lugar a esposa por um lado, o marido por outro e ainda os filhos, gostaria exactamente de falar dessa outra irradiação apostólica própria do amor humano santificado, daquela comunidade de amor sobrenatural que a família forma, mostrando ao marido como Deus está presente e vive entre os homens na vida diária, no meio das tarefas e preocupações materiais, enviando graças especiais aos que n'Ele confiam, nos momentos difíceis e dolorosos.

É então que a família vive no mundo em

verdade e simplicidade e não ao sabor das suas correntes e tomando consciência do seu trabalho apostólico na Igreja, verdadeira equipa unida, se abre a todos que a rodeiam realizando aquele apelo do Amor, convidando ao diálogo, à dádiva, ajudando e ensinando a incarnar na vida a grande mensagem cristã.

— Mas para além dessa irradiação digamos, espontânea, ou que pelo menos é resultado necessário de disponibilidade e abertura vividas realmente pela comunidade familiar, não te parece que haja outros aspectos, em que a acção de família se deva fazer sentir?

— Sim, e já ia falar-te de uma tarefa que me parece particularmente entregue ao casal, e ainda infelizmente muito esquecida em Portugal. Cabe às famílias, como célula base da sociedade, trabalharem unidas e esclarecidas para que os princípios cristãos sejam respeitados e vigorem nos sectores que directamente afectam a vida familiar, contribuindo assim para a encarnação do cristianismo nas instituições do mundo em que vivemos, apelo este que nos foi ainda este ano feito por S.S. o Papa na sua mensagem de Natal.

— Obrigado, Teresa e também pelo exemplo que é essa referência ao discurso do S. Padre. Talvez sem que tenha pensado, mostra afinal, essa integração na vida da Igreja, esse desejo de aplicar, segundo as possibilidades da família, a palavra que a todos é dirigida.



Procurámos outra antiga jucista a M.^a José C. Félix Moraes, e conversámos com ela algum tempo. Porque não é possível reproduzir aqui tudo o que foi dito, apenas damos o apontamento de alguns aspectos mais salientes.

Falou-se da importância do ambiente como não é qualquer coisa que se deve deixar entregue ao acaso mas tem de ser construído...

— ...pelos dois certamente, que na prática esse é um ponto importante do papel da mulher. O ambiente resulta em grande parte da atitude que ela toma para com o marido, para com os filhos (se os tiver), e para com todas as outras pessoas que habitarem ou frequentarem a sua casa.

— Na atitude que a mulher deve manter, por ex. para com o marido, que te parece necessário ter em conta, segundo a tua experiência? É preciso conhecer bem a psicologia masculina para que tudo dê certo, não?

— Com certeza e posso dizer-te que é importante lembrarmo-nos também que ele é o chefe do lar, tal como Cristo é o chefe da Igreja há o grande perigo de, embora às vezes inconscientemente, a mulher se ir tornando, pouco a pouco, uma espécie de rival do marido na chefia da família. Mesmo que o seu papel seja muito activo, ela deve conservar-se sempre apagada. Por outro lado, se a mulher tem de se preocupar com o desempenho do marido, ao mesmo tempo ela tem de saber respeitar a sua personalidade, aceitando-o e amando-o tal como ele é, sem se querer impor.

— E em relação aos filhos?

— Olha, acho que é fundamental compreendê-los, aceitando cada um como é, na sua complexidade humana; respeitá-los, pensando que são almas confiadas por Deus especialmente a ela; acompanhá-los nas suas dificuldades e nos seus êxitos, quer nos estudos, como na convivência com os outros, etc. Aqui, a mulher universitária tem bastante oportunidade de pôr em prática a abertura de horizontes que a passagem pela faculdade lhe deve ter dado.

— E não acontecerá que a mulher às vezes, terá dificuldade em conciliar o seu papel de mãe e de esposa?

— Numa ou noutra circunstância poderá acontecer, mas creio que apenas aparentemente. É disponível, tanto física como espiritualmente, e tem

necessidade de sentir a sua mulher inteiramente disponível, tanto física como espiritualmente e tem de se sentir sempre a pessoa mais importante para ela. A mulher tem também de ser para o marido uma companheira que o compreenda e se interesse por ele, pela sua vida profissional. É sobretudo neste capítulo que eu acho que há maior diferença entre a mulher universitária e a não universitária, visto que a primeira tem muito mais responsabilidades que a segunda.

Ao marido, como aos filhos, ela tem de ser inteiramente dedicada. Para com todos a atitude da mulher deve ser de acolhimento.

Para isso, acho que há um certo número de virtudes a cultivar: a alegria, a calma, o sossego, a paciência, o saber esperar, a ordem.

Ela tem de ser para todos, um elemento de serenidade e de paz.

— Não te parece que por vezes um certo conflito inegável entre os aspectos materiais e os espirituais da vida, poderá ameaçar essa serenidade que se deve manter?

— Sim, é uma experiência logo do início, porque é uma das maiores dificuldades, que surge no princípio da vida de casada, esse conflito.

Isto é devido a uma desadaptação que é sentida sobretudo pela mulher, porque é nela que há uma maior mudança de ritmo de vida. Duma maneira geral, em solteira, ela não tem de se preocupar muito com questões materiais. Depois de casada, surge o destinar do almoço e do jantar, a camisa do marido que está rota e que é preciso coser, a conta a pagar, a criada que se vai embora, as arrumações, etc.

É uma série de pequenas preocupações, que, se não fossem muitas e se não fossem tão seguidas, não teriam influência nenhuma na pessoa, mas que assim, têm e fazem que a pessoa se canse e sobretudo se vá descuidando na vida espiritual.

— Talvez não seja bem não haver tempo...

— De facto há muito menos «tempo» do que antes, mas isso não tem importância, porque não interessa querer encaixar a vida espiritual no meio destas actividades de ordem material. O que é preciso é dar-lhes um sentido elevado, quer dizer, fazer delas um meio de santificação. E essa tal serenidade está tão dependente disto!

Depois gostava de salientar como é importante



conservar, no estado de casados, o espírito de pobreza, apesar de ele ser agora mais difícil de conseguir. Neste aspecto, achô por ex. que é fundamental não se levar uma vida de grande luxo, mesmo que as condições económicas o permitam, e quanto aos filhos habituá-los a certas restrições de ordem material. Porque é da consciência e da vivência destas coisas que também o ambiente se constroi.



Foi a vez de Joana Emiliano... agora d'Almeida. Perguntámos-lhe:

— Como conjugar a vida de família com uma actividade fora de casa?

— Embora se fale hoje muito de «problemas», a propósito de tudo e de nada, eu creio que não estaremos a exagerar se afirmarmos que a conjugação da vida de família com uma actividade fora de casa, constitui para a mulher casada, e sobretudo, para a que é mãe, um autêntico problema, cuja solução, do ponto de vista prático, não é, de modo algum, fácil.

— Mas o problema será diferente consoante o tempo que se estiver ausente do lar, não é?

— Claro, um horário livre ou a «meio-tempo» proporciona maiores facilidades do que um horário rígido, completo. Por outro lado, também podem variar as responsabilidades que tem na família, (quando há filhos pequenos a exigirem permanentes cuidados, quando não há uma boa criada que

se encarregue devidamente do serviço doméstico, quando não há uma pessoa de família que ajude a mãe na sua ausência — as dificuldades são, naturalmente — maiores). Em qualquer dos casos, a primeira exigência que a solução desse problema nos impõe é a de compreensão do verdadeiro valor das tarefas a cumprir e o desejo generoso de as aceitar e realizar sem comprometer o que é essencial ao que, por importante que seja, não passa de secundário.

— Mas, Joana, se já é difícil estabelecer uma escala de valores, convertê-los na prática de cada dia deve ser ainda muito mais custoso!

— Sim, mas para tal, a principal condição é a posse de um método de trabalho, dentro do lar, que proporcione simplificação de tarefas e dos meios de as cumprir. Por ex.: manter um horário regular para levantar, deitar, tomar refeições, evitar pressas e precipitações, que normalmente redundam em atrasos; conservar a casa, os objectos, tudo em ordem, evita que se gaste tempo em escusadas arrumações, preferir roupas, móveis simples e utilizar aparelhos e processos de limpeza modernos: facilita o trabalho e poupa tempo; escolher comidas simples, abrevia a sua preparação, etc.

Não se pense, porém, que o método é tudo, ou até uma fácil aquisição. Pressupõe antes uma atitude de espírito fundamental: generosidade para renunciar ao que é acessório, por mais agradável que seja, simplicidade, para tudo aceitar, tudo ordenar, tudo cumprir nas suas linhas essenciais de verdade... Só com este espírito a mulher — esposa e mãe — poderá exercer uma actividade fora de casa, sem trair a sua missão — única essencial — junto do marido e dos filhos.

— Joana, gostaria que me dissesse o que pensa das possibilidades de pôr a render uma formação cultural universitária no lar? A tanta gente um curso tirado aparece erradamente como uma coisa inútil...

— A primeira preocupação deve ser a de «incarnar» os valores culturais adquiridos na vida familiar, aproveitando, para isso, os inesgotáveis recursos que essa vida nos proporciona: desde a colaboração na vida profissional do marido e na apreciação em comum, dos factos que o dia à dia



(Continua na página 31)

DOMINGO E TEMPO LIVRE

— Nós e o tempo livre

Chegam-nos de toda a parte ecos do interesse crescente que está a tomar por todo o mundo o problema do tempo livre, que preocupa actualmente os dirigentes dos sectores religiosos e civis dos países mais avançados sob o ponto de vista técnico.

Muito se tem já escrito sobre este assunto, desde artigos em revistas de divulgação, até obras especializadas. Mesmo organizações neutras (Unesco, Sindicatos, etc.) estudam os dados do problema e promovem ou recomendam a promoção de sessões culturais, de recreações, ou de outros meios tendentes a levar a um são aproveitamento do tempo, depois de acabado o trabalho. Dentro da Igreja, vemos na Hierarquia e dirigentes leigos a mesma preocupação urgente de ajudar os homens do nosso tempo na resolução deste problema, do qual depende em grande parte o sentido dado à vida de relação.

A situação aqui em Portugal é diferente: o que sucede é que estamos muito longe de excesso de tempo livre para as classes trabalhadoras. O nosso problema é antes talvez o de uma má distribuição de tempo livre na sociedade».

São nossos conhecidos já os dados impressionantes da má distribuição da riqueza, do baixo nível de vida de uns ao lado dos excessos de outros. Esta situação tem o seu reflexo na distribuição do tempo livre, no facto de haver para alguns um estado permanente de tempo livre, que leva ao tédio, à frivolidade, à inutilidade. Todos nós o conhecemos, esses que aparentemente não têm talento para coisa alguma, porque não realizaram, mercê de uma vida fácil, nenhuma das suas potencialidades de acção.

Para outros o tempo livre é uma realidade não conhecida. O curto intervalo de tempo entre os períodos de trabalho é sofregamente vivido na busca de prazer, como única possibilidade válida.

Este facto provém também necessariamente de não sermos ainda um país desenvolvido sob o ponto de vista técnico e serem nossos desconhecidos, portanto, o uso da automação em grande escala e um elevado nível de vida da sociedade em geral.

— Verdadeiro conceito do tempo livre

O tempo livre não é a cessação do trabalho, nem é marcado por aquele sentimento de satisfação de dever cumprido que temos ao acabar a nossa tarefa imediata.

O tempo livre deve existir durante a execução de qualquer tarefa imediata. Ele é a expressão da nossa perfeita liberdade de filhos de Deus em relação ao mundo criado e sobre o qual exercemos o nosso domínio por meio do trabalho.

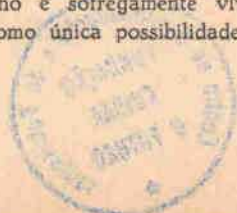
O tempo livre é, na nossa vida quadriculada, imagem daquela quietude permanente de Deus, identificada n'Ele, à actuação e à acção criada. Isto, ao mesmo tempo que a nossa vida de acção é imagem desse mesmo movimento criador, que em nós se não identifica com a quietude e a contemplação.

É esta uma das consequências da nossa natureza e da nossa condição. Somos seres criados para louvar, amar e servir a Deus. Chegaremos até Ele realizando tudo o que em nós há de potencialidade e capacidade de expressão, pela acção e pelo são recreio, pela experiência de conhecimento e pelo olhar inteligente lançado sobre o mundo e as coisas.

E são estas duas expressões do nosso ser que permitem a contemplação verdadeira de Deus. Não há uma sem a outra e uma completa e enriquece continuamente a outra.

— A Igreja assume todos estes valores

A Igreja imensamente maternal e realidade viva no meio dos homens assumiu tudo isto na sua



vida íntima. E assumindo-o, santificou também o tempo livre: assim nasce o Domingo.

O Domingo é um sinal cheio de sentido, que, no tempo, vivemos em cada sete dias. Ele representa precisamente os primícias desse tempo: em cada semana, o primeiro dia é do Senhor que fez o tempo e é a Eternidade mesma.

No Domingo palpita a vida da Igreja: vivemos, pela liturgia, os mistérios da vida de Cristo, sempre numa forma participada e real.

O Domingo é aquele outro elemento que falta, no decorrer da nossa vida diária de acção, à nossa contemplação e ao nosso louvor de Deus e que os completa: a dimensão de quietude, de disponibilidade receptiva, de silêncio, de exclusividade para Deus.

Neste sentido, o Domingo prolonga o mistério pascal de morte à vida. Por isso, se lhe chama, às vezes, o «oitavo dia», aquele dia que está fora da semana e se situa noutra plano de realidades superiores. É o dia da humanidade redimida, cantando os louvores de Deus.

Ao meditarmos no sentido tão rico da graça de termos um «Dia do Senhor» no decorrer do tempo, ficamos tristes se olharmos o panorama desolador da vivência do Domingo, por parte dos cristãos. Terá falhado esse elemento do plano de Deus para os homens?

É neste ponto, ao querer responder a questões deste género, que deparamos com o mistério grande da Igreja. É ela, Corpo Místico de Cristo, que vive o Domingo em plenitude. Vive-o na liturgia; pela oração litúrgica está sempre presente a dar ao Pai o louvor que lhe é devido por todas as criaturas.

É na Igreja e com a Igreja, que podemos celebrar a grande festa semanal. Só unindo-nos à sua oração, vivemos o mistério do louvor perfeito, da entrega total — vivemos já, no tempo, a participação da vida de Deus pela humanidade redimida, no mundo novo.

É nessa união à oração da Igreja, ganha ainda mais sentido do que nos outros dias a nossa participação na Missa. A Missa que é o centro de cada dia neste ritmo da vida da Igreja, torna-se, em cada Domingo, a grande festa do povo cristão. É para ela que converge toda a preparação do

Domingo (e daí o costume tão profundamente cristão de, ao sábado à tarde, se preparar, em pequenas comunidades, a Missa do Domingo) e é dela que vive todo o dia de Domingo.

Por isso a Missa do Domingo deve ser a Missa Solene, de festa, em que o povo cristão pode manifestar de forma mais perfeita o seu louvor a Deus. Por isso os textos da Missa podem ser objecto de uma leitura às refeições, em família, e as antifonas podem ser recitadas várias vezes como nota espiritual do dia.

Essa união com a oração da Igreja completa-se com a participação na recitação do Ofício.

Recomendou a Santa Sé com muita insistência, na Instrução Sobre Musica Sacra e Litúrgica, as vésperas de Domingo. E quem já alguma vez as rezou e pôde sentir a beleza dos salmos e das orações e das leituras, na estrutura simples das horas canónicas, verifica que esta «oração da tarde» é a mais agradável a Deus e que ela «sobe como o incenso» até aos céus.

O Domingo é, assim, uma necessidade de ordem natural, exigida pela nossa natureza e pela nossa condição, para chegarmos à contemplação de Deus e à irradiação apostólica. Ele é, dentro da Igreja, sinal dessa realidade, difundida para a nossa vida de todos os dias. E é, já no tempo, antecipação daquela eternidade onde, restaurados em Cristo e introduzidos na vida da Trindade, participaremos dessa quietude criadora de Deus.

É ao olharmos, agora, o tempo em que vivemos, este nosso tempo onde a Igreja está activa e está presente, este tempo onde os seus dirigentes mais responsáveis estão preocupados com o problema dos tempos livres, entendemos melhor aquelas palavras de Pio XII, ao dirigir-se em 7-9-1947 à Acção Católica:

«O Domingo deve tornar-se novamente o dia do Senhor, o dia de adoração, de oração, de descanso, de recolhimento e reflexão, de alegre encontro no círculo íntimo da família. O resultado da luta entre a fé e o ateísmo dependerá, em grande parte, do uso que cada uma das duas frentes fizer do Domingo».

M. FERNANDA ABREU COUTINHO



DÚVIDAS SOBRE BÍBLIA

Secção dirigida pelo Cónego Gregório Neves

Como podem explicar-se as expressões de cólera e vingança que frequentes vezes ocorrem no Antigo Testamento e, nalguns casos, são atribuídos ao próprio Deus.

Essas expressões de cólera e vingança são, em muitos casos, antropomorfismos que o escritor sagrado emprega com frequência e através dos quais «exprime Deus» em termos acessíveis, digamos — e não podem, portanto, ser tomadas à letra, o que seria um erro de interpretação ⁽¹⁾. De resto, temos de ter sempre presente que ele, quando escreve, embora sob o influxo da inspiração, não está totalmente liberto de limitações pessoais inerentes à sua condição humana, e isto — tal como o facto de conservar a sua personalidade e estilo próprios — reflecte-se, sem dúvida, nos termos em que se exprime. Do mesmo modo, não está inteiramente isento da influência — esta, de natureza social — do ambiente que o rodeia e da mentalidade do tempo em que vive.

Ora nós sabemos que o Antigo Testamento diz respeito a um povo ainda de certos costumes primitivos — o que não só explica a violência e rudeza de certas expressões usadas, como também impõe a necessidade de uma pedagogia adequada, à qual a lei da estrita justiça — que é a da Antiga Aliança — vai corresponder, defendendo o Povo de Deus de se deixar afundar nas tentações e perigos que o rodeiam e ameaçam a sua fidelidade, e procurando con-

duzi-lo progressivamente no caminho que Deus lhe assinalou. Lembremo-nos de que a Lei Antiga (que continha, por exemplo, a pena de talião) não podia deixar de pôr em realce as exigências de Deus, vincando a ideia de Justiça. Deus é, para um povo que bastas vezes foi de «dura cerviz», o Deus justo que condena sem remissão o mal e castiga duramente os ímpios.

Tal como Ele mesmo diz a Moisés (Exod., 34,6-7), embora seja «Deus de misericórdia e de piedade, lento em encolerizar-se, rico em graça e fidelidade...», contudo «... nada deixa impune e castiga as faltas dos pais sobre os filhos e os netos, até à terceira e quarta geração».

Por outro lado, acontece, frequentes vezes, que as expressões de cólera e vingança, contra os inimigos ou ímpios em geral, revelam afinal o zelo do escritor sagrado pela causa de Deus. Isto nota-se, designadamente, em diversos

⁽¹⁾ Os antropomorfismos, não só com este alcance mas com muitos outros, são aliás frequentes em toda a Sagrada Escritura. Recordemos, por exemplo, as expressões «Deus disse...» «Deus viu...» e outras antropomórficas que aparecem em grande número nos relatos da Criação (1.º capítulos do Génesis); outra, bastante expressiva, em Gen. 6,6: «Jahveh arrependeu-se de ter feito o homem sobre a terra e afligiu-se no seu coração».



Salmos, cujo autor, proferindo imprecações e ameaças contra os seus inimigos, não exprime directamente um desejo de vingança pessoal, mas mais propriamente de desagravo da honra de Jahveh e de defesa do Povo de Deus — porque, em geral, os seus próprios inimigos identificam-se com os inimigos da causa de Deus e da missão do Povo escolhido (Ver, entre outros, os Salmos: 59; 69, 10; 78; 104, 35; 139,

19-22). Além disso, mesmo quando parece tratar-se — pelo menos, num primeiro plano — de inimigos pessoais, o Salmista não vinga por si a ofensa, mas — o que significa um progresso nos costumes — remete-se à justiça de Deus, a quem somente compete o justo castigo (Ver, por exemplo, os Salmos: 69, 20 e segs.; e 70).

M. CELESTE V. SOUSA

Gostava de saber o que são escritos apócrifos? Há apócrifos do A. T.? (E. S. de Lisboa)

No grego clássico o termo tinha o sentido de «secreto», «escondido». O mesmo termo serviu aos escritores eclesiásticos antigos para designar escritos pseudo-epigráficos ou de origem desconhecida cujo conteúdo era suspeito, ou que não eram admitidos nas Igrejas para a leitura pública.

Na prática, o qualificativo foi tomado em sentido pejorativo e acabou por se tornar, nos meios eclesiásticos, equivalente de suspeito ou de herético.

Do ponto de vista católico a palavra «apócrifo», apenas tem o seu significado pleno, quando se relaciona com o cânon das Escrituras.

É *apócrifo* todo o escrito que, ainda que apresentado mais ou menos abertamente como Escritura inspirada, de facto não o é e portanto não figura no cânon oficial dos Livros Santos.

— Os apócrifos dividem-se em duas séries: apócrifos do A. T. e apócrifos do N. T.. Com isto se responde à segunda parte da pergunta feita.

Esta divisão é feita segundo a origem judia ou cristã e conforme o assunto tratado se relaciona com um ou com outro dos dois testamentos.

Os apócrifos judeus subdividem-se em 2 grupos (os de origem palestiniana e os do judaísmo da Diáspora); mas praticamente classificam-se segundo o gé-

nero do escrito (pseudo-histórico, profético e apocalíptico, hagádico ou parenético). Quanto aos apócrifos do N. T., ordenam-se pelo assunto tratado e sobretudo pelo género literário, sob um dos títulos seguintes: evangelhos, actos, epístolas, apocalipses. (Os apócrifos do A.T. são produtos do judaísmo; os do N.T. são obra de inspiração cristã).

Tanto uns como outros constituem uma literatura estranha.

Tal como diz um investigador: «Para melhor responder a essa necessidade instintiva, que toda a alma crente experimenta, de objectivar as suas crenças, de penetrar nos mistérios da vida presente e sobretudo nos da futura, de entrar em contacto com o mundo de Deus e dos espíritos, os autores anónimos dos escritos apócrifos usam todos os meios capazes de impressionar a imaginação do leitor, de satisfazer a sua curiosidade e de o levar a um assentimento.

Recorrem assim frequentemente à ficção literária, mostrando-se por vezes bem informados da história da nação judia, da obra legislativa de Moisés, dos actos e feitos dos patriarcas e profetas, das perspectivas messiánicas, da

(Continua na página 29)



Autores de sempre

DOSTOIEVSKI

«Deus torturou-me toda a vida»

(Os Possessos)

o homem

Moscovo, 1821. Nasce Fédor Mikailovich Dostoievski.

A sua vida é marcada por uma infância pouco alegre, no seio de uma família da classe média.

Na ocasião em que saiu a público o seu primeiro romance, Pobre Gente — interpretado como romance socialista — Dostoievski alcançou grande êxito e viu-se rodeado de inúmeros compromissos editoriais. Logo a seguir publicou O Sósia em que se pode encontrar esboçada a linha de rumo do seu pensamento.

Em 1849 o escritor é preso por motivos políticos e condenado à morte; mas no próprio momento da execução a pena é comutada em trabalhos forçados. O contacto com a estranha comunidade dos que constituem a mais baixa classe moral da sociedade deu-lhe um conhecimento profundo dos valores psicológicos e a convicção de que o povo russo era o único guardião de Deus verdadeiro.

Aos 36 anos casou Fédor Mikailovich com uma viúva e só nessa altura a sua vida sentimental começou a desenvolver-se plenamente. Não foi feliz e até à morte da mulher longos foram os desentendimentos. No entanto sabia agora o que era amar, amar apaixonadamente, dando-se num compromisso total que era a sua forma de viver qualquer sentimento. Maria Dmitrievna era ciumenta, doente, amarga e arrependida. Fédor era também doente (epiléptico), arrebatado e violento — genial.

Ainda em vida da mulher, julgou encontrar compreensão na estudante Paulina Susslova e mais tarde, já viúvo, numa burguesa — aristocrata de S. Petersburgo. Enganou-se. O compasso de espera entre os seus dois casamentos foi preenchido pela criação do Crime e Castigo. Mas a vida tornara-se difícil Lutava com falta de dinheiro; sofria. Os ataques de epilepsia eram frequentes.



Ana Grigorievna surgiu finalmente, em 1867, para fixar a vida do escritor e, ao oferecer-lhe uma mão calma e firme, ajudou notavelmente a parte mais acabada da sua obra. Ao lado de Fédor lutou contra o jogo, a que o escritor se entregara inteiramente, obcecadamente, durante anos que passou no estrangeiro. Anos maravilhosos, imensos, com o aparecimento de *O Idiota*, *O Jogador*, *O Eterno Marido*, *Os Possessos*.

Mas doía-lhe na alma a falta da Rússia. E foi na calma de uma casa de campo e de uma existência regrada, vivendo no amor de uma mulher que trocara tudo por ele e dos dois filhos ainda pequenos, que Dostoievski passou os últimos dez anos da sua vida. São desta época os Irmãos Karamazov.

Morreu em Janeiro de 1881, em Stavaia Russa.

o filóso-
sofo

Em volta do problema da existência de Deus gravitam todas as obras de Dostoievski. Dominado primeiramente pela influência de Gogol, apresenta-se em público com *Pobre Gente*, em que é nítida a ascendência de obras como *O Capote*. É imediatamente saudado como escritor socialista. Todavia, revolucionário, socialista, ocidentalista, niilista — nada disso seria Dostoievski. Para além do transitório ele queria o intemporal; para além do limitado procurava o universal; deixava a superfície em busca da profundidade.

Na verdade, só depois do parêntesis aberto na sua vida pela condenação, Fédor Mikailovich começa a desenvolver a sua problemática numa das mais *luminosas* obras de criação artística de todas as literaturas. Ao dobrar-se sobre si mesmo, tal o homem de Régio, descobre os dois pólos entre os quais se move a alma humana: o bem e o mal. É esse o problema que o domina desde então. O homem eternamente comprometido entre o espírito e o corpo é o *Homem Subterrâneo*, das *Memórias escritas num subterrâneo*, o *Goliadhive* do *Sósia*, *Stavroguine* e *Pedro Stepanovich* de *Os Possessos* e, nos *Irmãos Karamazov*, *Ivan* e o criado *Smerdiakov* — dois aspectos da mesma realidade.

O estudo das potências que continuamente dividem o ser humano entre o completamente bom e o completamente mau levou-o a compreender a estreita relação que liga o filósofo, o idealista, o criador de ideias e de princípios ao homem inculco, sedento de crime, que nada entende da especulação teórica, mas põe em prática os actos concretos que ouviu enunciar. Por vezes, é assim que se gera a revolução — de um lado os pensadores, os seres evoluídos intelectualmente que se consideram irresponsáveis; do outro, a multidão ignorante e embrutecida que passa à acção as teorias apenas esboçadas e mal interpretadas. Todos somos culpados de tudo, os actos não pertencem apenas a quem os pratica. É deste modo que *Os Possessos* se podem considerar uma profecia magnífica e tremenda da futura revolução russa.

A liberdade foi outro dos problemas que inquietou Dostoievski. Os homens, como seres livres, podem escolher entre o bem e o mal; no entanto sentem que a liberdade é demasiado pesada para as suas forças. Fracos, angustiados, olham os que os governam desejando que eles cerceiem essa liberdade e escolham em seu lugar, tomando sobre si uma responsabilidade que eles não ousam assumir. Assim, não sendo os seus actos inteiramente livres, criam em torno de si uma atmosfera de felicidade limitada — «Dar-lhes-emos uma felicidade branda e humilde, uma felicidade adaptada a criaturas débeis, tais como são» — diz o *Inquisidor-Mor* nos *Irmãos Karamazov*.

Porém, a par dos espíritos que temem a liberdade existe o ser excepcional, o super-homem de Nietzsche que não se submete a uma lógica feita de convencionalismo, mas procura uma lógica de excepção, rebelando-se contra o muro que os homens construíram para se salvarem de si mesmos. É isso que justifica um *Kirilov* dos *Possessos* que se suicida para demonstrar a sua independência; um *Raskolnikov* do *Crime e Cas-*



tigo que, com o seu crime inútil, procura tornar-se consciente da sua liberdade. «Queria saber, depressa, se era um verme como os outros ou um homem».

Mas Raskolnikov, após esse acto que o devia libertar, sente-se mais preso, mais comprometido, torturado. Não pode ocultar o seu crime. É ele próprio que o vai confessar chamando sobre si um sofrimento redentor que o aproxima então da verdadeira liberdade. E Kirilov, o suicida que desse modo procura provar a sua independência, morre na compreensão do divino, pois que no último momento dá à sua morte um carácter de redenção.

Chegámos ao nó do problema: três questões simultaneamente coexistentes e sucessivas que vão entroncar numa constante: Deus. Na alma de Dostoiévski sempre Ele esteve latente, torturante. A sua religiosidade era violenta, extraordinariamente crente (embora atravessada por lampejos de dúvida), e com uma acentuada compreensão da mística. Como característica especial encontramos na sua obra a convicção do carácter «messiânico» do povo russo; a esta convicção se podem ir buscar as raízes da sua revolta contra o grupo dos ocidentalistas — que procuravam *adaptar* a Rússia à civilização do resto da Europa. É esta também a razão por que tão frequentemente nos seus romances se fala em povo russo, qualidades russas, terras russas. Mas não esperemos ver Dostoiévski ao lado dos eslavófilos — que desejavam que a Rússia voltasse aos tempos em que, ignorante e supersticioso, o povo sofria do domínio despótico de uma minoria aristocrata. Dostoiévski proclama a dignidade do povo russo, a sua nobreza e valor, e a sua vivência de um Deus verdadeiro representado na pessoa de Cristo.

É esta necessidade de Deus que Dostoiévski intuiu e compreendeu na alma do homem, e que trouxe à superfície, das funduras do inconsciente e do subconsciente, aquilo que o torna um dos marcos basilares da literatura moderna — literatura em que não aparece o nome de Deus mas onde a sua falta é apontada em linhas de fogo, escritas com a tortura das almas profundamente angustiadas e cheias de desorientada ansiedade.

Fundação Cuidar o Futuro

«Artista do caos», como lhe chamaram, Dostoiévski produziu necessariamente obras densas e mal organizadas. Utiliza de preferência o diálogo pois através dele se apreende mais directamente o estado de alma do personagem.

As suas poderosas capacidades artísticas não lhe permitiram fugir à criação de casos concretos, a exemplificarem com situações vividas as ideias e princípios que defende. Ao seu conhecimento dos homens e à sua experiência vivencial foi buscar tipos, problemas e soluções que, em vista de representarem a parte subconsciente e inconsciente do espírito humano, são, por esse motivo casos anormais, de excepção. Mas não se julgue que esta excepção os limita no espaço ou no tempo. Heróis russos, temas russos? Não: heróis universais, temas universais, a iluminarem com uma luz de consciência tudo o que cada homem oculta por detrás da moral de convenção.

É natural, portanto, que os seus livros careçam de notações de paisagem ou de quaisquer observações exteriores aos próprios personagens. Só a alma humana lhe interessa.

As mulheres das suas obras são seres magníficos, entregues ao amor ou renegando-o, com reacções imprevistas — quantas vezes meios de resgate após terem sido meios de perversão. Representam a complexidade do inconsciente, iluminada por uma clarividente compreensão e, tal como todos os seus heróis, são eternamente balançadas entre duas coordenadas da vida humana: o bem e o mal.

MARIA HELENA G. M. MATEUS



INTRODUÇÃO À ÓPERA



Começamos agora a publicar, tal como nos tinha sido sugerido várias vezes, uma série de artigos, que se estenderá até ao último número deste ano, fazendo um estudo de «introdução à ópera». «Melhor seria chamar-lhe aperitivo: que a ópera fique a apetecer aos possíveis leitores». São estas as palavras da autora e o nosso desejo.

Num dia em que fiz anos uma tia minha deu-me 2 pescadores de louça chinesa. Um está a pescar; outro, de braços cruzados, limita-se a ver. Por essas alturas, eu conheci uma rapariga chinesa chamada Teresa e mais um outro nome que não sei escrever (nem pronunciar). Apeteceu-me baptisar as estatuetas que a minha tia me tinha dado, e perguntei à Teresa como é que se dizia em chinês «pescador» e «perguiçoso». Ela disse-me, e eu não fixei. Nem pude escrever, pois, com espanto meu, as palavras que ela pronunciou não eram «faladas» neste enfiadinho tão monocórdico em que nós ocidentais falamos, mas sim cantadas.

Vim assim a saber que os chineses «falam a cantar». Mas, depois disso ouvi dizer que foi o canto a primeira fala do homem. Nas mais antigas civilizações, o homem exprimir-se-ia por notas musicais, talvez ainda antes de começar a articular os sons, a pronunciar o que nós hoje chamamos vogais e consoantes.

Se repararmos, ainda hoje «cantamos» a falar — se assim se podem chamar as «entoações» que fazemos quando queremos chamar alguém, exprimir interrogação ou surpresa. Toda a gente sabe que não é igual a entoação que se dá para: Tu? Tu. Tu! Onde está a diferença? Dirão todos: no «tom». O que é isso de «tom»? Notas musicais. Portanto eu fazia uma injúria aos ocidentais, quando, há pouco, dizia que falavam monocórdicamente. Na verdade, embora utilizem poucos tons, utilizam mais do que um. Não se fala em «recto-tono» ou «tom de reza».

Se os antigos falavam a cantar, cantavam também quando contavam uma história, quando rezavam, etc.

Apesar da linguagem se ter encaminhado para a articulação, abandonando gradualmente (embora não por completo, como vimos) o canto, a forma mais nobre continuou a ser esta, usada para a oração, para a guerra, para o amor. Entretanto tinham-se já combinado o som e o ritmo, e surgiu, e desenvolvera-se a música. É natural que o homem cedo notas: a afinidade entre as notas produzidas pelos instrumentos e aquelas que emitia com a própria voz. Daí a possibilidade de acompanhar o canto com sons instrumentais. Daí também, talvez, a introdução do ritmo na palavra — primeiro na palavra cantada, só bastante mais tarde na «desnaturada» palavra falada.

Como os outros povos da antiguidade, também a Grécia conheceu a linguagem cantada e a linguagem falada. E também aí se começou a juntar o ritmo ao canto, nos cânticos dos remadores, dos guerreiros e também nas narrativas lendárias dos aedos.

Mas a Grécia, nação entre todas eleita por Deus para ser pátria das artes, não se contentou com a narração dos feitos dos heróis nem com a imitação fetichista das cenas para que se implorava a protecção dos deuses. A Grécia, apaixonada pela vida, quer nos seus aspectos apolíneos, quer nos seus aspectos dionisíacos, quis imitá-la independentemente de fins religiosos, quis revi-

vê-la de uma maneira mais autêntica do que nas narrativas. Em vez de cantar os feitos dos heróis e a suprema beleza dos seus gestos, «representou-os»: os gregos encarnaram os seus heróis, e reeditaram os seus feitos, em forma e em beleza. Nasceu o teatro grego, forma viva da narrativa, ilustração das palavras do narrador.



Cantada era a narrativa, cantada passava a ser a sua ilustração. O papel do narrador passou a ser confiado a um grupo que cantava em conjunto — o coro grego. O coro passa depois a ter o papel de narrador-comentador. Quanto aos actores, aqueles que *faziam* o que as narrações contavam dos heróis, cantavam também; mas, para que as suas vozes isoladas pudessem contracenar com o coro a ressoar pelos anfiteatros, um amplificador ligava as suas bocas com as bocas das máscaras que usavam para aumentar as feições.

O teatro grego deu origem, através dos séculos, a muitas formas artísticas. Pode dizer-se que a sua influência nunca se apagou — nem mesmo quando declinaram as outras formas de civilização clássica.

Na Idade Média, os Mistérios sacros e os entremeses profanos eram formas bárbaras de teatro, rudes, mas por vezes cheias de sentido artístico. Também entre elas a música e o canto desempe-

nhavam papel importante. No entanto a linguagem falada tinha acabado por imperar, mesmo no teatro.

Porém a voz humana só encontra a plena expressão do seu poder de expressão quando canta. O canto, abandonado pelo teatro, continuou a ressoar nas catedrais, a vibrar na poesia dos menestres, a acompanhar o trabalho dos mesterais a ondular entre as vergas dos mastros, a bater o compasso aos remos, a troar na véspera das batalhas, a correr as florestas em longas caçadas...

O canto desenvolve-se mas parece definitivamente desterrado do palco.

Entretanto, o mundo ocidental daqueles tempos é sacudido pelo entusiasmo de regresso à Grécia. Estudam-se e imitam-se as artes gregas, como também se estudam a história e a filosofia clássicas. Dá-se nova atenção ao canto, procurando renovar a estreita interdependência da articulação da palavra e da sucessão dos sons. A Itália é a primeira a atentar na importância da sonorização do texto; já no séc. XVI Adriano Willaert reúne em Veneza um conjunto de compositores que se preocupam pelo papel da música como «serva da palavra». Nos madrigais de Cipriano de Rore, Caimo, Marenzio e Gesualdo, a «servidão» transforma-se em inter-conexão.

Com tudo isto, o canto continuava a confinar-se aos seus domínios medievais, se bem que o acordar para a íntima ligação da música com a articulação começa já a preparar-lhe outros destinos.

Mas é em Florença que se abrem novos caminhos. Por essa época, o Conde Bardi di Vernio reúne em sua casa um grupo de músicos, literatos, e outros artistas que se interessam pela antiguidade clássica. Do mundo da música, destacam-se na «camerata» do Conde Bardi di Vernio, os compositores Jacopo Casi, Girolamo Mei e, sobretudo, Vincenzo Galilei, pai do célebre astrónomo.

Esta douta assembleia resolve ressuscitar o teatro grego; organizam-se representações teatrais em que o texto é cantado pelos personagens. A ideia é adaptada por outros, como Jacopo Peri, Giulio Caccini e Emilio Cavaliere. Corsi e Cassini escrevem música para o drama «Dafne» do poeta Rinuccini, escrito propositadamente para este fim. O estilo é ainda um compromisso entre a fala e o canto — aquilo que se virá a chamar «recitativo».

Surgem então constelações de «Dafnes», «Or-

feus e Euridices», e outros assuntos mitológicos tratados pela nova forma musical. No meio dos recitativos surgem as áreas, ao jeito das canções extra-teatrais.

Não é o teatro grego que ressurgue, mas uma nova forma artística que surge: a ópera.

Logo no início do séc. XVII, toma a ópera grande desenvolvimento com as expressivas obras de Claudio Monteverdi: e nos meados desse mesmo século o desenvolvimento é tal que não seria possível referir num artigo desta natureza sequer as obras consideradas «principais».

Pela mesma época, a música religiosa manifesta também novas tendências. É em Roma que estas surgem. S. Filipe de Neri funda em 1558 uma associação em que se discutem, a par de questões religiosas, assuntos culturais. Essa associação — o Oratório de S. Jerónimo da Caridade — vai ser centro importantíssimo de desenvolvimento de um novo género de representação sacra musical: a oratória. A mais célebre desta época é a Representação da Alma e do Corpo, vulgarmente atribuída a Carissimi, mas que outros atribuem a outro membro do Oratório, Emilio de Cavalieri (de que já atrás falámos a propósito da ópera florentina).

—:—

De Itália, a ópera passa a França e a Espanha

Em França surge de início muito ligada ao ballet, que se pode definir, pelo menos tendencialmente, como representação teatral apoiada essencial e exclusivamente na música, no ritmo e na mímica.

Surgem nos fins do séc. XVII as óperas de Jean-Baptiste Lully.

Em Espanha não é propriamente a ópera que surge, mas a «zarzuela», diálogos acompanhados com canções de vez em quando.

Em Inglaterra a ópera tenta introduzir-se, mas sem o sucesso — nem o brilhantismo — atingido pelo teatro Shakespeariano.

Na Alemanha e na Áustria há uma grande produção de óperas, mas sem nenhuma obra igualar os génios de Monteverdi ou Lully.

Porém um tipo de música religiosa alemã, a Paixão, evolui também para um maior sentido dramático, de que é representante a obra de Heinrich Schutz, «As 7 palavras de Cristo na Cruz».

Estamos chegados ao séc. XVIII — que também foi século de rivalidades na música. Mas... continuar-se-á no próximo número.

MARIA D'AGUIAR GALHARDO

dúvidas sobre bíblia

(Continuação da página 23)

história evangélica, da vida da Virgem e dos apóstolos.

Dentro da grande quantidade de apócrifos do N.T. os evangélicos são os mais numerosos. O prólogo do evangelho de S. Lucas, prova por si só (I, 1-4) que os escritos de tipo evangélico se tinham multiplicado, mesmo ainda em vida dos Apóstolos, não só para responder à curiosidade dos crentes como para sustentar a propaganda missionária.

Razões semelhantes devem ter dado origem aos actos, epístolas e apocalipses apócrifos.

Resta dizer que esta literatura apócrifa teve uma influência enorme na crença e no pensamento cristão dos 1.^{os} séculos. Desde o século V e até ao fim da Idade Média, e mesmo até aos tempos da Renascença, apesar de todas as afirmações dos chefes religiosos responsáveis, contra o carácter suspeito destes escritos, a piedade popular, a poesia e artes plásticas foram inspirar-se abundantemente nesses livros, «em que a lenda tomava a figura da história, em que aquilo a que se chamava «as tradições antigas» era de uma compreensão tão fácil».

Resta dizer que do ponto de vista da objectividade do que citam ou das narrativas que apresentam, os apócrifos não têm a garantia de objectividade histórica e muito menos da inspiração divina. Por isso, não entraram na Tradição da Igreja.

Podem, entretanto, conter (e o caso típico é o do chamado «Proto-Evangelho de Tiago») elementos históricos exactos (no caso citado o da preparação da vinda de Jesus e da vida oculta em Nazaré); mas é de notar que, mesmo assim, há sempre abundância de descrições pueris ou pormenores anómalos.



teologia e pluridade dos mundos habitados

(Continuação da página 14)

conhece, vê, pensa e concebe desde a eternidade. Deste pensamento divino, destas possibilidades, destes planos, em cuja contemplação eteramente se deleita, Deus realiza no tempo somente uma parte mas o exemplarismo divino continua inexaurível.

Disse Pascal que «nada de muito grande ou de muito bom podemos conceber, quando se trata dos designios de Deus». Ora, não seria, acaso, muito maior e muito melhor pensar que Deus semeou no universo um grande número de raças inteligentes, do que supor que Ele limitou os seus benefícios só à raça humana? Este pensamento coloca-nos perante a conveniência (não necessidade) do existir de outros homens, ou até de outras espécies inteligentes análogas ao homem, em qualquer parte do universo. Porque é que o mesmo Deus que tão liberalmente se comunicou em múltiplas espécies de plantas e animais, seria obrigado a limitar os seus dons a uma única espécie humana?

Quando meditamos no fim que Deus teve ao criar o universo material — a glorificação de si mesmo pela criatura racional — somos ainda levados a afirmar a conveniência existente em ter povoado esses outros mundos de seres inteligentes, capazes de referir a Deus, glorificando-O, tantas perfeições inacessíveis ao homem terreno, durante séculos e milénios.

E que dizer da perspectiva de um céu mais povoado, onde se perpetuasse a lembrança de um mundo poliédrico?

Ao cristão deve necessariamente sorrir semelhante ideia que tão bem se harmoniza com a fé e de modo algum lhe repugna.

Os possíveis seres inteligentes, habitantes do mundo astral, poderiam não ter sido elevados por Deus à ordem da graça conferida a Adão e aos seus descendentes. Nesta hipótese, não haveriam cometido o pecado original que, essencialmente, consiste na privação desses dons indébitos à natureza humana, privação motivada pela transgressão voluntária do nosso protoparente, cabeça do género humano.

Poderiam ainda, embora enriquecidos pela graça santificante e destinados à visão beatífica, não ter sucumbido à prova do uso ambivalente da liberdade. Agindo sempre de harmonia com os preceitos divinos, não teriam pecado e, consequentemente, não necessitavam da Redenção de Cristo nem dos meios de santificação oferecidos pela Igreja.

Se pecaram, não era impossível à Trindade Santíssima fazer, junto deles, uma segunda edição da Obra Redentora ou escolher qualquer outro meio do seu agrado para se comunicar, de novo, a esses seres inteligentes e os tornar deiformes. Se a Encarnação, mais do que a elevação ao estado sobrenatural, possui numerosas razões de conveniência, nada nos autoriza a dizer que é necessária. Na



terra ou noutra parte, após a transgressão do homem, Deus não fica necessitado a redimir o pecador e, muito menos, a redimi-lo de modo tão excelente como o que sabemos ter escolhido para nós: a Encarnação do Verbo. Também não são impossíveis, **a priori**, outros meios de desenvolver a vida divina, diferentes dos nossos sacramentos.

As expressões da Escritura que proclamam a salvação exclusiva em Jesus Cristo e na Igreja, têm de ser interpretadas só em referência àqueles homens pelos quais Cristo morreu e para quem fundou a mesma Igreja, isto é, em referência à humanidade que habita a terra.

Os magníficos textos de S. Paulo, que exaltam Cristo acima de toda a criatura e colocam o universo na Sua dependência, continuariam válidos se os referíssemos a Cristo-Deus, o Verbo — causa exemplar da criação, **por quem tudo foi feito** (Jo. 1, 3). Aplicados a Cristo-Homem, seriam verídicos se, relativamente a esses outros mundos, acaso não redimidos por Ele, os interpretássemos como já fazemos em relação aos anjos: para estes, Cristo mereceu acidentalmente, enquanto lhes fez conhecer os caminhos misteriosos de Deus para a salvação dos homens e deste conhecimento resultou um aumento de felicidade beatífica.

Terminemos com as palavras do P. Grasso: «o encontro mútuo de seres racionais, habitantes de mundos diferentes e numa ordem de providência diversa, traduzir-se-ia, para ambas as partes, num tributo de louvor à sapiência e bondade de Deus que, na múltipla distribuição dos fins e dos meios para o fim, tudo dispõe em ordem ao bem das suas criaturas».

Fundação Cuidar o Futuro

BIBLIOGRAFIA: P. HUMBERT, *Les planètes sont-elles habitées?*: Revue Apologétique 44 (1927) 155-164; V. LENOIR, *La pluralité des mondes habités et les convenances théologiques*: Ibid. p. 533-539; F. ALBERT, *A propos des planètes et de leurs habitants*: Ibid. 45 (1927) 202-203; D. GRASSO, S. J. *La teologia e la pluralità dei mondi abitati*: La Civiltà Cattolica (103 (1952/4) 255-262; F. CONNELL, em *Catholic Standard*, 8 de Agosto de 1952; M. OCHOA, em *Encontro*, de Fevereiro de 1958.



a universitária e a vida familiar

(Continuação da página 19)

nos presente, desde a orientação que se segue na criação e educação dos filhos, desde a organização e administração da vida doméstica — até ao pormenor do livro ou do disco que se compra, do quadro que se coloca numa sala, das conversas que habitualmente se travam, dos programas de rádio que se escutam, dos divertimentos que se escolhem, da revista ou jornal que se assine — surgem incontestáveis oportunidades de pôr a render a formação cultural recebida.

— Não lhe parece que para além desses pontos que foca e que são tão esclarecedores como índices, haverá outras actividades de projecção extra-fa-

miliar mais directa?

— Sim, trabalhos a que a mulher casada se pode dedicar em certas horas, no lar, com ou sem a colaboração do marido (escrever artigos, estudar temas a serem divulgados, etc.) e tarefas de cunho cultural, que poderá realizar fora do lar, conforme o seu horário o permitir (reuniões, palestras, obras sociais, etc.). Ainda a este respeito, importa ser metódica, ordenada e, sobretudo, escla-recida quanto às responsabilidades culturais no meio em que vive e generosa no esforço de desenvolver e comunicar os talentos por Deus concedidos.

«Este pão já foi trigo disperso pelos campos e este vinho foi fruto amadurecido em vinhas carregadas; os seus muitos grãos germinaram na terra, em vales e planícies. Mas nós os colhemos e reunimos e agora formam um só pão e um só vinho.

Do mesmo modo, Senhor, faz que sejamos Um na Tua Igreja. Dos homens de todas as raças, de todos os países e de todas as classes faz uma só Cristandade; dos cristãos de todas as cidades e aldeias, de todas as profissões e de todas as famílias, faz uma comunidade íntima ligada pelo Teu Amor profundo. Enche-nos da Tua Santidade. Faz-nos viver unidos no Teu Amor.

No infinito da Vossa eternidade, Pai, Filho, Espírito Santo, Vós sois um só Deus numa Trindade misteriosa.

Do mesmo modo, Senhor, reúne os Teus filhos de todas as raças, de todos os países, de todas as aldeias e de todas as famílias na Tua Igreja Una e Católica.»

(Oração pela Unidade da Igreja)

Fundação Cuidar o Futuro

Composto e impresso na Tipografia Cardim, Lda. — Cascais

Fundação Cuidar o Futuro

DANIÉLOU, P. — **Os Manuscritos do Mar Morto** —
Círculo do Humanismo Cristão, Livraria Moraes
Editora - 1959

O livro do P. Daniélou, que agora se publicou em português, tem para nós, católicos, um interesse muito particular: ele traz-nos o testemunho dum grande especialista que a Fé conduz no seu trabalho. E assim, o plano e os propósitos de Daniélou, não são tanto o problema da sua textura técnica e científica, mas antes a sua interpretação e o seu significado. Apesar disso não deixa este livro de nos dar uma ideia do aspecto puramente científico da questão dos «Manuscritos». E o mérito do P. Daniélou é de oferecer uma interpretação que não é incompatível com a propositura técnica do problema. A quem se interesse pelas origens do cristianismo é indispensável a leitura deste livro claro e seguro. A edição portuguesa é valorizada com um apêndice onde se pode ler um encontro entre o P. Daniélou, num confronto claro das suas posições com a doutros especialistas que interpretam diferentemente os «Manuscritos» e o seu significado. Livro de divulgação, mas onde se sente um longo convívio com o problema, «Os Manuscritos do Mar Morto» pode ser uma das portas por onde entramos nos mistérios do cristianismo primitivo e da figura do Salvador. A tradução portuguesa, muito cuidada, torna a leitura do livro de Daniélou agradável e fácil. (M. L.).

VONIER, Dom A., **L'Esprit et L'Épouse**, 196, tradução
inglês (du Cerf, Paris, 1947)

Num momento em que a Unidade da Igreja constitui uma das preocupações dominantes do mundo cristão, este livro clássico é particularmente oportuno. O A. foi um dos pioneiros da renovação da Teologia e as suas obras que «mergulham no mais profundo do mistério da Igreja» têm tido uma enorme influência na conversão e na espiritualidade de várias gerações do mundo anglo-saxónico. A estrutura do livro é a do estudo da Igreja como «incarnação» do Espírito Santo. A Igreja, que é instituição, com toda a solidez e autenticidade que lhe vem dos Apóstolos, não é acontecimento, como o pretendem os protestantes, mas contém uma riqueza infinita, manifestações do Espírito Santo que a enche e santifica e nela fecunda os valores do tempo e dos homens. É aí nessa Igreja viva e carismática, porque nela está presente o Espírito, que os cristãos separados podem reencontrar o pensamento católico. Elaborado com o fogo de uma alma imensamente apostólica, o livro tem talvez um tom fortemente apologético a que já não estamos habituados no nosso tempo. Mas a grandeza da mensagem do A. supre o que de ultrapassado se pode encontrar no estilo. (M. L. P.).

MIGUEIS, José Rodrigues — **Páscoa Feliz** — ed. Estúdios cor, col. Latitude — 30 — 188 pg. — 2.^a ed. — 1958 — 20\$

Páscoa Feliz é uma novela publicada em 1932, tendo sido recentemente reeditada em edição definitiva. Renato, a personagem central, é um psicopata, um esquizofrénico, um desencontrado com o mundo, é «demasiado débil para lutar, vencer, vingar-se de opressões, refugia-se no delírio gratificante do crime... A sua verdade é a loucura...» (Prefácio do A.) É no manicómio (julgando ele estar na cadeia) que Renato nos conta a sua vida. Precisamente o que esta novela tem de mais interessante é esta cripto-análise, vai ao mais profundo de si mesmo deixando transparecer todo o seu Eu: desde a mais encantadora ternura (todas as suas manifestações com o filhinho) à mais rebelde brutalidade (toda a cena patética do crime). O estilo é assombroso, dum maneira especial o poder descritivo que é insinuante, fino, que se perde em pormenores mas dando pinceladas fugidias... descrição por atitudes o que torna a narração cheia de movimento. No entanto, toda a narrativa é atravessada por um clima de taras de fatalidade, de destino que é impossível vencer-se, o que fez com que o humanismo desta novela se confine em estreitos horizontes. (Manuela Formigal).

MOELLER, Charles — **Littérature du XX^e siècle et Christianisme**, 7.^a edição, Casterman, 1958

A ideia central desta obra, conquanto progressivamente concretizada à medida que vamos avançando na sua leitura, começa imediatamente a definir-se perante o leitor, num primeiro contacto com as frases iniciais da introdução ao tomo I: «En un seus Diéu nous parle sans cesse. En un autre seus, il se tait. Si nous connaissons le dessein général de sa providence, nous ignorons tout de ses démarches particulières. L'abandon à la foi est ici notre seule attitude de chrétienne...». A ausência aparente de Deus no mundo, o homem só pode responder com uma atitude de Fé no mistério cristão. É esta certeza que Moeller procura transmitir aos que o lêem; esta é a sua linha de rumo ao longo dos vários volumes que constituem a obra em questão. Este intuito dominante vai-se precisando através dos sucessivos estudos sobre os vultos literários mais significativos do mundo contemporâneo; neles procura o autor analisar as várias atitudes possíveis perante o problema inicialmente posto. Se tivermos presente que Moeller tem a preocupação de escolher as testemunhas que chama a depor, nos campos mais diversos do pensamento — cristãos e não cristãos de várias mentalidades, situadas em diferentes sistemas físicos — avaliaremos bem a riqueza da obra como síntese de uma realidade contemporânea. (M. I. Pereira).



DOSTOIEVSKI, Fédor Mikailovich — **Os Irmãos Karamazov.** (Editorial Estúdios Cor; Lisboa, 1958)

Ivan, Dmitri, Alexei, os três irmãos Karamazov são envolvidos num crime de parricídio imputado a Dmitri. No entanto, quem matou o velho Fédor foi o criado Smerdiakov. Dmitri, porém, várias vezes ameaçava o pai diante de testemunhas, além de que entre ambos existiam graves questões. Smerdiakov, pretensão intelectual de baixa classe social, interpretara à sua maneira as ideias expostas por Ivan, o filósofo. Concluindo que tudo era permitido visto Deus não existir, executou friamente o homicídio. Ivan é, portanto, moralmente responsável pelo assassinio do pai. O mais novo dos três irmãos, o frade Alexei, sente a sua parte de culpa por não ter acompanhado suficientemente Dmitri obstando a que os seus actos atraíssem suspeitas.

Dostoiévski põe diante de nós o complexo problema da culpabilidade, o caos que pode levar a negação de Deus e, com a condenação de Dmitri, a doença de Ivan e o suicídio de Smerdiakov, prova-nos que ao cortar as peças que o ligam à moral comum o homem, em lugar de alcançar a liberdade fica realmente preso de si próprio. (M. H. Mateus).

DOSTOIEVSKI, Fédor Mikailovich — **Crime e Castigo**

Raskolnikov, estudante de S. Petersburgo, é tentado a assassinar uma velha usurária para lhe roubar dinheiro a fim de prover às suas graves necessidades económicas. Mas à medida que imagina o crime, o seu objectivo passa a ser uma posição moral que Raskolnikov deseja atingir mercê da infracção das normas da lógica comum. Esta linha de pensamento aproxima-o da teoria que Nietzsche desenvolve acerca do super-homem. Na alma de Raskolnikov agita-se «a natureza humana na sua totalidade, com tudo o que nela existe de consciente e de inconsciente». Embora nada o denuncie, o estudante é forçado a confessar o seu crime pois, segundo afirmou o próprio Dostoiévski, «embora sob pena de morrer na prisão, quer voltar para os homens. O sentimento de distância e de separação que ele experimentou logo que praticou o crime, é o seu tormento». (Maria Helena G. M. Mateus).

LACROIX, Jean — **Força e fraquezas da família** —
Círculo de Humanismo cristão, Livraria Morais
Editora — 1959, 145 pg.

Lacroix, jornalista cristão, oferece-nos nesta sua obra um estudo da família em moldes bastante originais. Como o próprio autor esclarece, não foi seu objectivo fazer a clássica defesa da família, caminho geralmente seguido por aqueles que se debruçam sobre ela, um realizar apenas o seu estudo com propósitos evidentemente ontológicos. Dentro dele prendem-se sobretudo na natureza do ser familiar numa tentativa de apreensão do seu verdadeiro sentido. Não estamos portanto diante de mais uma tradicional análise pela utilidade responsável por tantas caricaturas, mas de um sério esforço de compreensão do *mistério familiar*, donde a utilidade também venha a explicitar-se mas apenas por acréscimo. Além do estudo ontológico da família, e encontrando no ser familiar a origem profunda de toda a sociabilidade, o A. trata ainda o problema dos diferentes laços sociais, no interior da comunidade familiar e da sua analogia com as da vida social, e ainda das relações existentes entre a instituição familiar e os outros grupos sociais particularmente, a profissão e a Nação. Obra sugestiva e de grande actualidade. (F. C. Esteves).

DOSTOIEVSKI, Fédor Mikailovich — **Crime e Castigo**

GREENE, Graham — **O nosso agente em Havana** —
ed. Ulisseia, Lx, 1959. Trad. de Daniel Gonçalves.
Título original «Our Man in Havana». 333 pgs.

Como o título indica a acção passa-se quase exclusivamente em Cuba. Segundo o Autor, numa época próxima futura. É um livro de sátira geral às importantes ideias das pessoas importantes, à fatuidade da política de toda a espécie, e, sobretudo, à digna eficiência da policia secreta britânica. Greene ri de tudo o que toma ares respeitáveis, porque para ele são apenas respeitáveis os valores essencialmente humanos. É isso que reconhece a Secretária Beatrice quando «perde a cabeça» e declara aos Senhores dos Serviços Secretos que «simpatizava com os oficiais franceses que em 1940 tinham ficado na França para olhar pela sua família». Tudo o resto, as sonoras palavras de Democracia, Liberdade, Pátria, Ocidente, são indiferentes — a menos que não sejam impregnados por um conteúdo concreto e humano. E esta a ideia que transparece por todo o alívio. Por isso o descrente Wormold acredita quem fala com sensatez é Milly, a sua catolicíssima e irrequieta filha de 17 anos, e não o ultra-britânico Hawthane. Por isso também Greene utiliza contra o mal a arma que melhor se molda ao seu temperamento: a ironia. (M. A. Galhardo).